

UM ESTUDO HISTÓRICO-TEOLÓGICO DAS DIRETRIZES PASTORAIS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB) (1991-2002)¹

Me. Pedro Donizeti de Campos*

RESUMO

O presente artigo visa apresentar uma leitura histórico-evolutiva dos acontecimentos que marcaram nossa história eclesial. Toda evolução eclesiológica ocorrida a partir do Concílio Vaticano II teve, na América latina e aqui no Brasil, uma recepção original. Isso, graças ao que já se vinha fazendo, mas, sobretudo por aquilo que nossos bispos souberam fazer diante das diversas realidades ocorridas ad extra ou ad intra, ou seja, interpretá-las e traduzi-las em prática pastoral-evangelizadora.

Palavras-chave: Igreja no Brasil. Evangelização. Pastoral.

ABSTRACT

This article presents the historical and evolutionary events that have marked the ecclesiastical history of our church. All ecclesiological evolution occurred since the Second Vatican Council had an original receptivity in Latin America and here in Brazil. Due to what was already being done, but especially for what our bishops were able to do, facing the various realities that had occurred before, ad extra or ad intra, it means, they were able to interpret them and to translate them into practical evangelistic pastoral.

Keywords: Church in Brazil. Evangelism. Pastoral.

¹ O presente artigo é uma apresentação de minha dissertação para obtenção do título de Mestre em Teologia Dogmática apresentada na Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e defendida no dia 29 de junho de 2006 sob orientação do Professor Dr. Ney de Souza.

* Sou Padre Missionário ordenado há quase 10 anos, membro de uma Associação Pública de Fiéis, cognominada "Comunidade Missionária Providência Santíssima", fundada em Jardinópolis e atualmente residente em Mococa. Hoje moro e exerço meu ministério sacerdotal na França, na Diocese de Fréjus-Toulon, no VAR.

INTRODUÇÃO

O Concílio Ecumênico Vaticano II, por sua incidência pastoral e, principalmente, sua dimensão eclesiológica expressa pelos seus 16 documentos, constitui para a Igreja Universal e, de modo particular, para a Igreja no Brasil, o marco zero de seu planejamento pastoral, haja vista que os seus dois primeiros planos de Pastoral: o Plano de Emergência (PE), aprovado às vésperas do Concílio (abril de 1962), e o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), discutido e aprovado ao final do Concílio (dezembro de 1965) situam-se justamente no decurso do próprio Concílio e, conseqüentemente, bebem de sua fonte.

Neste ínterim, a vida e o planejamento pastoral da Igreja no Brasil estão marcados por tempos evolutivos, de acordo com a realidade histórica vigente em cada período. Para uma melhor compreensão visual deste contexto histórico, quatro blocos cronologicamente sucessivos se apresentam, contendo de forma descritiva, os principais eventos sócio-político-eclesiais. Utilizaremos as Atas das Assembléias Gerais da CNBB como substrato para melhor compreendermos as mudanças inerentes em nossas Diretrizes que consistem justamente na passagem da “Ação Pastoral” contemplada pelo Documento 45 para a “Ação Evangelizadora” proposta pelo documento 54. Esta mudança não é meramente de nomenclatura, mas, quer expressar, antes de tudo, um novo jeito de ser Igreja, um novo perfil eclesiológico.

Por último, procurar-se-á analisar de forma teológica a evolução eclesiológica da Igreja no Brasil a partir de suas Diretrizes Gerais, tendo como objeto de estudo as próprias Diretrizes Gerais referentes ao espaço de tempo entre 1991 a 2002. Para tanto, primeiramente estudar-se-á o documento 45, referente ao quadriênio de 1991-1994 tendo como substrato os grandes eventos eclesiais ocorridos desde o Concílio Vaticano II, perpassando pelas Conferências de Medellín e de Puebla, pelos Sínodos e, principalmente, pelos Documentos Pontifícios – *Populorum Progressio* e *Evangelii Nuntiandi* – de Paulo VI e, *Redemptoris Missio* e *Tertio Millennio Advenient* de João Paulo II. O Documento 45 é por parte da Igreja no Brasil, a expressão de todo o esforço de adaptação e concretização desta evolução teológica no que se refere à eclesiologia iniciada com o evento Conciliar e dinamizada por todos esses eventos, que devido à sua natureza teológica, foram capitais para a formação do que é a Igreja na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil. Tomaremos o tema da evangelização como princípio hermenêutico para

nossas reflexões. Este tema foi, no decorrer dos anos, o princípio identificador de toda a realidade eclesial, seja enquanto essência seja enquanto missão.

A Igreja no Brasil, sensível ao cenário teológico emergente no pós-concílio forjará, ao passar dos anos por suas Diretrizes, um rosto definido e uma prática pastoral bem consciente. A especificação que a Carta Encíclica *Redemptoris Missio* (RMI) ofereceu acerca do que é evangelização, pastoral e missão *ad gentes* despertou de forma incisiva para esse *aggiornamento* no que se refere à compreensão eclesiológica por parte da Igreja no Brasil. Esse *aggiornamento* é também acompanhado pela sensibilidade em ler os “sinais dos tempos” presentes neste contexto. Dois fatos são principais nesta conjuntura: o primeiro diz respeito ao chamamento que o Papa João Paulo II fez para uma nova evangelização, inculturada a fim de preparar o grande Jubileu do ano 2000. O segundo refere-se ao grande êxodo de fiéis da Igreja católica para as outras seitas ou o abandono completo da fé, por meio de uma postura de indiferentismo religioso.

Sensível, principalmente a esses “sinais dos tempos”, a Igreja no Brasil compreende que, fundamentalmente, necessita mudar não só sua forma de ação pastoral, mas também sua estrutura e, principalmente, a compreensão de sua identidade e de sua missão. É neste período que nossos Bispos promulgaram o documento 54, no qual mudam não só o título das Diretrizes, de ação pastoral para ação evangelizadora - mas também a sua estrutura, e conseqüentemente, muito embora não perceptivelmente, o rosto, o horizonte e a prática pastoral de toda a Igreja no Brasil. A evangelização passa de uma dimensão da ação pastoral para ser o princípio constitutivo de toda ação pastoral.

A diferença está no lugar proeminente e de destaque que a missão ocupa. A partir dessa exposição, é possível perceber a evolução eclesiológica e o novo perfil eclesiológico que se forjou a partir das Diretrizes da ação evangelizadora. Uma Igreja mais evangelizadora que pastoral, muito embora não a elimine. Uma Igreja verdadeiramente ministerial, em que todos são sujeitos dessa ação evangelizadora. Uma Igreja que evangeliza e que precisa ser constantemente evangelizada.

Contudo, o presente artigo, não pretende ser um ponto final nessa discussão eclesiológica inerente às Diretrizes, mas uma contribuição para essa própria Igreja, que procura, constantemente, estar em sintonia com o Magistério Petriano e, ao mesmo tempo, fiel a sua realidade eclesial. É certo

que, a partir desse estudo, muitos outros assuntos e temas poderão ser abordados para melhor completá-lo e avançar nessa compreensão eclesiológica, visto que, a eficiência pastoral prescinde, necessariamente, de uma clara e objetiva compreensão eclesiológica.

1. OS PRIMÓRDIOS DO PLANEJAMENTO PASTORAL NO BRASIL: OS ANTECEDENTES DO PLANO DE EMERGÊNCIA – 1899-1962

O germe da vida pastoral da Igreja no Brasil deve-se à elaboração do Plano de Emergência (PE) que, de *per si*, constituiu-se um marco “por sua função pioneira e importância histórica na eclosão da fase criativamente mais rica de nossas Igrejas particulares; por ter sido ele o impulsionador da reforma da CNBB e a raiz dos planos pastorais sucessivos, teológica e tecnicamente mais bem elaborados”.² Ele não nasceu de repente, pelo acaso, mas é fruto de uma longa, rica e complexa experiência, muito embora marcada pela improvisação e pela desarticulação no que tange a sua universalidade territorial. Até 1962, data do PE, a vida e a organização pastoral da Igreja no Brasil, propriamente iniciada com o fim do Padroado, podem ser demarcadas por meio de vários e importantes eventos os quais, historicamente, colaboraram para a criação de um plano de pastoral mais articulado. Esses acontecimentos podem ser divididos em dois blocos: o período de transição entre o relacionamento da Igreja com o Estado, que vai desde 1899 a 1945, que consiste efetivamente na organização das chamadas Pastorais Coletivas, a realização do primeiro Concílio Nacional Brasileiro em 1939, a Associação de Educação Católica em 1945, além de muitos outros.³

O segundo, acontecido entre 1946 a 1962, é marcado por uma tendência cada vez mais vasta de encontros de pessoas, reuniões ou congressos, em nível nacional ou regional, originando dessa união de forças apostólicas, as muitas associações. São desse período também, a implantação da

² QUEIROGA, G. F. *CNBB: comunhão e co-responsabilidade*. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 323.

³ Para uma compreensão mais aprofundada desse período apresentamos dois artigos: BE-OZZO, J. O. Igreja no Brasil: Planejamento Pastoral em Questão. In: *REB*, Petrópolis, v. 42, n. 167, [setembro] de 1982. p. 465-472. Também PIVA, E. D. Transição Republicana: Desafios e chance para a Igreja I. In: *REB*, Petrópolis, v. 49, n. 195, [setembro] de 1989. p. 620-639. Ib. Transição Republicana: Desafios e chance para a Igreja II. In: *REB*, Petrópolis, v. 50, n. 198, [junho] de 1990, p. 415-532.

Ação Católica Brasileira-1932 e sua ação especializada- 1950, a fundação da CNBB-1952, da CRB-1954, do Movimento de Natal e o Movimento de Educação de Base ou as chamadas Escolas Radiofônicas-1958 além do Movimento por um Mundo Melhor em 1960. Esses eventos eclesiais constituem o marco evolutivo da caminhada pastoral da Igreja no Brasil antes do PE e, ao mesmo tempo, antecipadores de muitas afirmações conciliares.

2. O SEGUNDO PERÍODO: A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ECLESIAL - 1962-1979

Este período consiste, essencialmente, na formação da própria identidade pastoral da Igreja do Brasil, fruto de um claro e profundo esforço de planejamento pastoral emergido de acontecimentos eclesiais e sociais. O incisivo apelo do Papa João XXIII em construir um plano pastoral para a América Latina a fim de eliminar os perigos iminentes à fé católica, culminou, por parte da Igreja no Brasil, na elaboração do Plano de Emergência às vésperas do Concílio Vaticano II.

Estruturado em quatro eixos, seu fim era unificar a ação eclesial do Brasil. O grande tema era a Renovação. A exigência de se renovar foi tão marcante que, os três primeiros Capítulos iniciavam com a palavra programática. Somente o último capítulo se destinava para o que até então se denominou na Igreja do Brasil, a Pastoral de Conjunto.

A escolha do Movimento por um Mundo Melhor (MMM) para a sua execução ignorou a Ação Católica Brasileira (ACB) e também a maciça presença e atuação laical. Apesar de suas carências e limites, o Plano de Emergência tem seu mérito, principalmente por ser o início e o provocador de maiores iniciativas no que tange a vida e o planejamento pastoral e por ter-se tornado efetivamente, uma bandeira e um roteiro de renovação paroquial, do ministério sacerdotal e de algumas estruturas diocesanas, possibilitando ao episcopado uma ação regional e nacional mais efetiva, configurando-se como a primeira tentativa de pastoral de conjunto nestes diversos níveis.

O segundo, de natureza universal, foi a realização do Concílio Vaticano II, cuja riqueza teológica e pastoral foi aplicada na Igreja do Brasil sob a forma do PPC. Devido o envolvimento de nossos Bispos no Concílio e os rumos tomados pelos Padres Conciliares, percebeu-se que o pioneirismo desbravador do PE seria superado em pouco tempo. Assim, em Roma mesmo,

avaliou-se o PE e, em seguida, elaborou-se e aprovou-se um novo projeto, o PPC sendo aprovado sem nenhum voto contrário e apenas um voto branco. Tendo em vista sua dependência umbilical dos documentos Conciliares e, de modo especial, da *Lumen gentium*, procurou solidificar a ação pastoral por meio da aplicação dos documentos conciliares para melhor adequação da Igreja do Brasil à nova mentalidade eclesial emanada do Concílio com a criação das chamadas seis Linhas ou Diretrizes⁴ fundamentais da ação pastoral.

Diferentemente do PE, o PPC foi elaborado por técnicos e especialistas, sem a possibilidade de usufruir de dados provenientes das diversas “assessoria e de órgãos técnicos de investigação e execução”.⁵ Devido a esta carência, favoreceu a uma verdadeira inflação de siglas, dificultando ainda mais o quadro das dificuldades em nível da linguagem além de proporcionar à descentralização pastoral com a criação de 1 Secretaria Geral, e dos 13 Secretariados Nacionais e dos 11 Secretariados Regionais.

Contudo, diante da plural realidade eclesial vigente, ofereceu roteiros gerais de programas para que cada regional pudesse concretizar-las individualmente além de atividades inter-regionais. Porém, o intento de comunhão explicitado por planos nacionais foi, por parte de muitos bispos, visto como ingerência abusiva “na vida das dioceses, reduzindo o poder do bispo local”.⁶ Elaborado por apenas cinco anos (1966-1970), foi prorrogado até 1974.

Com o golpe militar em 1964, a Igreja forjou de forma clara e distinta uma postura em favor dos mais pobres e perseguidos pelo regime ditatorial, passando de aliada para “inimiga” do Estado. Em 1969, a Conferência de Medellín⁷ com o tema “A Igreja na atual transformação da América Latina, à

⁴ São elas: comunhão eclesial; ação missionária; ação catequética; ação litúrgica; ação ecumênica e sócio-transformadora. Cf. CNBB. Plano de Pastoral de Conjunto. (Documentos da CNBB n. 45). São Paulo: Paulinas, 1991, p. 15-16.

⁵ BEOZZO, J. O. Igreja no Brasil – o Planejamento Pastoral em Questão. In: *REB*, Petrópolis, v. 42, n. 167, [Setembro] de 1982, p. 496.

⁶ Cf. GODOY, M. J. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)*: Jubileu de ouro da CNBB, São Paulo: Paulinas, 2003, p. 392.

⁷ Realizada sob os moldes teológicos da *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* de João XXIII, da riqueza conciliar expressa pela *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes* além da *Populorum Progressio* de Paulo VI, denunciou a partir da tríade ver-julgar-agir a injustiça institucionalizada, rompendo com a teoria desenvolvimentista em âmbito político-econômico e com a mentalidade eclesiástica acerca da recém-elaborada teoria da dependência com

luz do Concílio Vaticano II” foi muito sugestiva para o contexto sócio-político e eclesial do momento.

A década de 70 foi inteiramente um período de aplicação de suas conclusões e ao mesmo tempo, de preparação para a III Conferência do CELAM, em Puebla, além de influenciar a temática do Sínodo dos Bispos realizado em 1971, cujo tema foi tão pertinente: “A justiça no Mundo”. A partir daí, proclamava-se para o mundo, o que Medellín fez para toda a América Latina de um redobrado empenho pela justiça e pela libertação integral da pessoa humana como dimensão constitutiva da evangelização.

A Igreja do Brasil, com a intenção de concretizar as Diretrizes Pastorais contidas no PPC, criou para dois anos 1971-1973 os Planos Bienais, que vigoraram até os dias atuais. Em 1975, a fim de melhorar a 1ª e a 2ª parte do PPC, publicou as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral juntamente com o 3º PB, deixando para os Regionais e as Dioceses o campo mais metodológico dos planejamentos, optando por uma sistemática mais flexível em nível nacional limitando-se, portanto, a oferecer luzes para o agir eclesial, com uma estrutura básica composta de um Objetivo Geral e as seis linhas ou dimensões pastorais. Dessa nova forma pastoral expressa nas Diretrizes, renováveis de quatro em quatro anos, o que mais penetrará na ação pastoral da Igreja será o objetivo geral, presente em quase todos os planos diocesanos do país e o esquema das seis linhas ou dimensões da Pastoral.

Nos anos em que se seguiram a Medellín, mesmo sob o contexto ditatorial iniciado em 1964 e recrudescido nos anos 70, irromperam-se grandes iniciativas de ações pastorais em solo eclesial brasileiro, como a criação em 1972 do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da pastoral Operária (PO) e, em 1977, a Pastoral do Menor. Iniciativas como essas, cuja índole é marcadamente profética junto aos marginalizados e empobrecidos, surgiram também as muitas outras pastorais sociais atuantes até os dias de hoje. A base teológica destas iniciativas funda-se na “opção preferencial pelos pobres”, que se tornou à

a conseqüente conclusão da necessidade de uma libertação de tal dependência e de toda as estruturas de opressão para alcançar o verdadeiro desenvolvimento. Valorizou a Política como mediação para realização da Macrocaridade, fez de forma clara e exclusiva, opção pelos pobres, oficializou as Comunidades Eclesiais de Base como formas de acolhimento e inserção do pobre na realidade sócio-religiosa e acolheu e provocou a produção teológica sob o signo temático da Libertação.

Igreja a sua bandeira, sua glória e seu martírio. Também, em torno dessas pastorais sociais e organismo, desenvolveu também o projeto de “evangelização libertadora”. Assim, de forma lenta, mas, eficiente, a Igreja colocou os pobres no centro de todas as suas preocupações pastorais e teológicas, num grande esforço para que eles assumissem cada vez mais seu papel de sujeitos da história.

Ao final da década de 70, diante de toda essa nova consciência eclesial emergida de Medellín, surgiram centros de oposição. No fundo, estava em jogo a trajetória que a Igreja da América Latina vinha percorrendo desde depois do Concílio. Ao findar da década de 70, realizou-se a Conferência de Puebla cuja expectativa era continuar a ação eclesial emergida de Medellín. Contudo, o novo Pontífice João Paulo II é incisivo: é preciso continuar na esteira de Medellín, mas manifesta também seus temores e receios diante de posturas extremas. Com o tema “Evangelização no presente e no futuro da América Latina” percebe a influência da Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (EN) de Paulo VI. Utilizando o método Ver, Julgar e Agir constata que a desgraça da injustiça social é um pecado a combater e em sintonia com a EN, declara que o caminho da evangelização passa necessariamente pelo viés da promoção da dignidade humana. Ratifica as CEBs e faz duas opções preferenciais, uma pelos Jovens e outra pelos Pobres. No que diz respeito à opção pelos pobres, para disseminar qualquer tipo de ideologia a seu respeito, acrescenta-lhe uma roupagem mais teológica do que ideológica, quando os olha como tipo dos *anwin*. O Pobre aqui não é entendido como o necessitado, mas como aquele que é explorado e oprimido. Assim, são muitos os rostos desses pobres. Propõe ainda para toda ação eclesial o princípio da “Comunhão e da Participação”, como princípios constitutivos para uma autêntica e verdadeira evangelização libertadora.

Neste período, a Igreja no Brasil viveu o seu momento áureo de vitalidade pastoral e de formação de uma nova e original identidade, seja pelos progressivos passos na esfera da Pastoral Orgânica ou de conjunto, seja pela aplicação dos conceitos renovadores e provocadores de Medellín, principalmente, enquanto criação, sustentação e multiplicação das CEBs e de um suporte teológico sob o signo do pobre, que, embora não sendo eminentemente original, foi profundamente explorado e aplicado com profundidade, segundo o contexto vital da época. Embora sua postura social tenha sido forjada anteriormente à década de 60 e 70, só com o advento do Concílio Vaticano II e com a aplicação de Medellín é que, esse “jeito”,

passou de algo exclusivo de um grupo progressista para uma mentalidade, uma identidade, uma consciência eclesial.

3. TERCEIRO PERÍODO: UM REPENSAR A SUA IDENTIDADE – 1980-1994

Esse terceiro período de nossa caminhada pastoral terá como marca profunda a influência do novo Pontífice João Paulo II com suas novas orientações, principalmente no que se refere à ala progressiva da Igreja, aos desvios das CEBs, como já alertara o Documento de Puebla e, por fim, a Teologia da Libertação. Esse período foi de grande tensão, tanto no que concerne a sua relação com a Santa Sé na passagem da década de 70 para a de 80, passando de um apoio e estímulo à contenção e intervenção⁸ quanto à construção ou manutenção da Identidade eclesial, como bem afirma Mainwaring: “Entretanto, por volta de 1982, as pressões dos conservadores contra a Igreja brasileira aumentaram e ela começou a se movimentar num ritmo mais cauteloso e se tornou um agente político de menor importância”.⁹

Em 1985, com a realização do Sínodo extraordinário dos Bispos por ocasião dos vinte anos do encerramento do Concílio Vaticano II, concluiu-se que há duas correntes de interpretação e de aplicação do Concílio, uma mais progressista que crê “pôr-se na esteira daquele espírito que soprou no Concílio e animou a renovação dos anos pós-conciliares”¹⁰ e uma mais conservadora, além de constatar uma lista de males advinda não do Concílio, mas de sua má interpretação.¹¹ Após estas constatações, deu-se, por parte da hierarquia curial, a promoção de um projeto de restauração da própria identidade eclesial. Surge neste sentido, um “neoconservadorismo”, que desembocará na arquitetura de um Projeto Hegemônico não visando

⁸ Vale lembrar as controversas em torno da Teologia da Libertação (TdL), incluindo de modo especial o caso do frade Leonardo Boff, a questão da formação sacerdotal e a nomeação de novos bispos. Cf. EOZZO, J. O. *A Igreja do Brasil: De João XXIII a João Paulo II - de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 279-286.

⁹ MAINWARIN, G. S. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 265.

¹⁰ LIBANIO, J. B. *Igreja Contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000. (Col. CES), p. 155.

¹¹ *Ib.*, p. 156; 157-158.

a uma reevangelização, mas sim a uma nova evangelização. Nova em seu ardor, em seus métodos e em suas expressões.

Esta necessidade de reintrodução da disciplina *ad intra* e *ad extra Ecclesia*, fora sentida deste Paulo VI. A visibilidade desse projeto deu-se sob a forma da *Nova Evangelização*, visto que só uma Igreja bem estruturada – *movimento disciplinar* – e coesa em torno da mensagem de Cristo – *crístocentrismo* – e aberta aos problemas humanos – *movimento social* – poderia clamar em alto e bom som: “Povos todos, abri as portas a Cristo”. O Projeto integrador não foi totalmente aceito entre os diversos ciclos teológicos e eclesiais, principalmente em meios latinos havendo a criação de um projeto alternativo. A convivência desses dois projetos foi ora de tensão, ora de execução paralela. Toda a temática desenrolar-se-ia na IV Conferência do CELAM, em Santo Domingo. Até lá, ocorreram muitas oposições e controvérsias dos dois lados.

Neste íterim, percebe-se que a evolução pastoral da Igreja no Brasil não parou, mesmo diante de tantos conflitos internos e externos, seja no plano eclesial, seja no social. Publicou neste período as novas Diretrizes para os quadriênios de 1983-1986 e de 1987-1990 contendo dupla inovação: quanto ao seu Objetivo Geral no que tange ao tema Evangelização, seja quanto às opções pastorais ou destaques pastorais. Percebe-se também, uma maior aplicação das conclusões de Puebla.

No final dos anos 80, alguns documentos importantes foram publicados, como o número 40 “Igreja: Comunhão e Missão” e o número 43 “Animação da vida Litúrgica no Brasil” por ocasião dos 20 anos da reforma litúrgica. Com a publicação da Exortação “*Christifidelis Laicis*” em 1989 por João Paulo II, juntamente com o choque de projetos e identidades e a abertura política, a Igreja no Brasil, vai progressivamente diminuindo sua missão social, dizendo que agora chegou a vez dos próprios leigos, organizados nas suas mais diversas instituições da sociedade civil, de se inserirem politicamente. Eco antecipado daquilo que Santo Domingoalaria acerca do protagonismo dos leigos.¹²

A primeira metade da década de 90 foi para a Igreja do Brasil um marco, por se tratar de sua última formulação das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral, assim, como também por ser o período em que se realizaria a IV

¹² Cf. GODOY, M. J. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil, op. cit., p. 394.

Conferência do CELAM em Santo Domingo, marco decisivo na compreensão da Evangelização e da Cultura.

As novas Diretrizes Pastorais elaboradas para o quadriênio 1991-1994 traz em seu bojo uma ampla consulta aos agentes e organismos de pastoral e das dioceses. A introdução do lema: “Jesus Cristo ontem, hoje e sempre”, expressava a sintonia com a próxima Conferência Episcopal Latino-Americana em Santo Domingo. Situada num vasto cenário doutrinal, como a criação da “Assembléia Nacional dos Organismos do Povo de Deus”, em 1991 que facilitou a participação de membros de todos os segmentos na vida e na construção da Pastoral devido a proximidade dos 500 anos de evangelização, a IV Conferência e a publicação da Encíclica missionária *Redemptoris Missio* de João Paulo II, cuja insistência recaía sobre a temática da “Nova Evangelização” fizeram com que a Igreja repensasse sua postura evangelizadora, fato expresso já no seu Objetivo Geral. A retomada do ardor missionário traz uma maior e efusiva ênfase na centralidade da Pessoa de Jesus Cristo, a fim de poder posicionar-se diante da modernidade como resposta evangélica.

As Diretrizes explicitam que a modernidade invadiu a vida urbana e também a rural por meio das *mass mídia* favorecendo o florescimento de males como a emergência do Individualismo, do *Pluralismo cultural e religioso* e das contradições sociais e suas causas estruturais. Como resposta, apresenta três pilares concomitantes entre si: a valorização da pessoa e da experiência subjetiva; a vivência comunitária e a variação nas formas de expressão eclesial e a presença e atuação mais viva da Igreja na sociedade.

Posicionando diante dos desvalores da modernidade, a Igreja se faz ouvir por meio de seus documentos como, o número 47 – “Educação, Igreja e Sociedade” de 1992 e o número 50 – “Ética, Pessoa e Sociedade” de 1993, além das “Semanas Sociais Nacionais”, realizadas dentro de uma nova e envolvente metodologia e dos Planos Bienais de 91-94 que deram especial atenção às dimensões comunitário-participativa e bíblico-catequética, procurando ser uma primeira iniciativa diante da necessidade de uma preparação mais adequada para os novos desafios da evangelização. Todo esse investimento pastoral é devido também às expectativas que a IV Conferência já estava suscitando na vida pastoral da Igreja no Brasil.

Com a IV Conferência em Santo Domingo em 1992, a Igreja da América Latina encontrava-se num dilema: de “um lado, vinha alimentando um modelo de Igreja progressista e da libertação desde Medellín (1968) e

Puebla (1979), não, porém, sem hesitações e contradições. De outro lado, percebia-se envolvida pelo projeto hegemônico da ‘Nova Evangelização’, bem orquestrado e apoiado por amplos setores eclesiais romanos, europeus e norte-americanos com ressonância no próprio continente”.¹³ Se a influência da Santa Sé, em Puebla, foi de certa forma, velada, em Santo Domingo, já era evidente, haja vista que toda a preparação ficou a cargo de Roma. O tema “Nova Evangelização, Promoção humana e Cultura Cristã” alinhava-se ao projeto hegemônico. Talvez, em consequência disso é que a Conferência não encontrou “eco imediato nas Igrejas do continente – e Santo Domingo permanece como que apêndice na vida da Igreja Latino-americana não tendo a influência eclesial desempenhada pelas duas Conferências antecedentes”.¹⁴

Como pontos importantes dessa Conferência, destacam-se as questões a respeito da promoção humana, a reafirmação da opção preferencial pelos pobres, o Protagonismo dos leigos e a temática da cultura. No que tange à abordagem sobre a cultura, o documento não leva em consideração a temática sobre a inculturação, ficando marginalizada mesmo após o seu término.

Diante de todo esse contexto conflituoso de projetos, percebe-se que “Santo Domingo não significou um alinhamento da Igreja da América Latina ao projeto hegemônico da Nova Evangelização. Manteve muitos elementos do projeto configurado em Medellín e Puebla. No entanto, no conjunto, já há muitos sinais de que a Igreja do continente se moldava por uma tendência crescentemente conservadora e restauradora”.¹⁵ Essa influência é por demais sentida pela Igreja do Brasil que, a partir de 1995, dará um novo enfoque as suas Diretrizes e colocando a sua caminhada pastoral em profunda sintonia com o projeto hegemônico da Nova Evangelização.

4. QUARTO PERÍODO: A DEFINIÇÃO DE UM PERFIL ECLESIAL: COMUNHÃO E MISSÃO

Como fato marcante e decisivo nessa segunda metade da década de 90 é a mudança de nomenclatura das Diretrizes Gerais, que se passa de Ação Pastoral para Ação Evangelizadora. Inicialmente, essa mudança foi

¹³ LIBANIO, J. B. *Igreja Contemporânea: encontro com a modernidade*, op. cit., p. 181-2.

¹⁴ MANZATTO, A. As Primeiras Conferências do CELAM. In: *Vida Pastoral*, São Paulo, ano XLVII, n. 249, [julho/agosto] de 2006, p. 7.

¹⁵ LIBANIO, J. B. *Igreja Contemporânea: encontro com a modernidade*, op. cit., p. 183.

sentida apenas como tom ortográfico. Talvez, nossos bispos, ao aprovarem tal mudança, não imaginavam a profundidade de tal evolução eclesial. Essa mudança é consequência de três acontecimentos: o projeto “Nova Evangelização” com os sucessivos apelos Pontifícios, de forma explícita na Carta apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, de 1994, a realização do V Congresso Missionário Latino Americano no Brasil e, conseqüentemente, a própria realidade eclesial vigente.

As novas Diretrizes foram elaboradas diante do urgente apelo demonstrado pelas respostas de consulta de todas as dioceses, donde apenas 23% consideravam válidas as Diretrizes anteriores, contra 72% que afirmavam a continuidade, mas com reformulações. Somente 3% pediam uma redefinição das mesmas. Sendo assim, as novas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora foram aprovadas na 33ª Assembléia Geral da CNBB em 1995.

O enfoque maior dado à Evangelização é pertinente à constatação que o Pe. Antoniazzi fez quando da sua apresentação acerca das Diretrizes: “percebe-se que 80% das atividades se concentram nas dimensões 1 e 3. A Liturgia praticamente empata com a pastoral social. A dimensão missionária está fraca e a dimensão ecumênica encontra-se praticamente ausente”.¹⁶ A essa constatação propõe-se, no que se refere à organização da Dimensão Missionária, a superação de uma mentalidade que a enxergava simplesmente como uma pastoral a mais, para uma visão de sua inserção em todas as estruturas e ações eclesiais.

A realidade do Brasil, conforme consta em ata da CNBB, no último “censo, 25% da população declarou-se não católica. Dos 75% que se declaram católicos, talvez menos da metade sejam praticantes. A outra metade possui uma formação muito frágil que a deixa à mercê da influência da variada gama de seitas e movimentos religiosos”.¹⁷ Sendo assim, o próprio Presidente da CNBB, Dom Luciano, “concordou que o enfoque seja mais evangelizador que pastoral. Mas salientou que as 6 dimensões estão sendo submetidas à crítica, por isso será preciso explicar a mudança e também

¹⁶ Cf. Ata n.3 da 38ª Reunião da Presidência e do CEP de 27 de abril de 1995, n. 5. In: *CM*. Ano 44, n. 490, [abril/maio] de 1995, p. 465.

¹⁷ Cf. Ata n. 3 da 38ª Reunião da Presidência e do CEP de 27 de abril de 1995, n. 5, In: *CM*. Ano 44, n. 490, p. 465-466, [abril/maio] 1995.

elaborar uma pedagogia de transição que mostre a relação das 5 palavras com as seis dimensões”.¹⁸

De qualquer forma, o texto publicado no documento 54 traz esta inovação: ao invés de seis Dimensões ou linhas, fala-se, de agora em diante, em quatro exigências irrenunciáveis para uma evangelização *inculturada*: *serviço, diálogo, anúncio e testemunho da comunhão*. Esta nova nomenclatura mostra a incidência do Documento de Santo Domingo. Como fruto dessas Diretrizes e em vista do novo milênio, criou-se o Projeto Rumo ao Novo Milênio (PRNM)¹⁹ 1996-2000. Ele assume e prolonga os projetos anteriores e visava fazer do ano 2000 o momento da virada em direção a um cristianismo mais dinâmico e aberto. Também, procurou-se resolver aquela lacuna que, desde a formulação das primeiras Diretrizes em substituição ao PPC, haja vista o seu raio de penetração, que vai desde a Diocese até a sua realização em nível paroquial, tendo para todos um cronograma a ser cumprido.

Quatro anos mais tarde, na 37ª Assembléia Geral em 1999, foi votada a permanência das mesmas Diretrizes, porém enriquecidas com os últimos Documentos Pontifícios, especialmente as conclusões do Sínodo para a América a Exortação *Ecclesia in América*, e levando em conta sua própria experiência pastoral e a realidade social. Passado quase um ano de vivência das novas Diretrizes da Ação Evangelizadora (DGAE), com a eminência do novo milênio e a avaliação positiva do PRNM pela maioria das comunidades, Paróquias e Dioceses, como uma experiência de verdadeira Comunhão e Missão, foi lançado o Projeto Ser Igreja no Novo Milênio (SINM)²⁰ em consonância com a Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* de João Paulo II.

Sua finalidade era ajudar as comunidades a reassumirem sua identidade cristã e a se abrirem, ainda mais, para o tema da missão. Renovar a identidade e missão da Igreja constituiu-se, portanto, no grande objetivo do SINM. Para tanto, o livro dos Atos dos Apóstolos foi escolhido como

¹⁸ Op. cit., p. 466.

¹⁹ A apresentação e discussões sobre o PRNM podem ser consultadas nas 11 atas desta 34ª Assembléia Geral. In: *CM*. Ano 45, n. 500, [abril] de 1996. p. 564-624. A sua votação está na Reunião Privativa dos Bispos, *CM*. Ano 45, n. 500, [abril] de 1996, p. 639-642. Ver principalmente os n. 4-5.

²⁰ Cf. Comentário da Equipe executiva do Projeto SINM. In *CM*. Ano 50, n. 552, [julho] de 2001, p. 815-819.

texto base.²¹ O projeto ganhou um sub-tema: “Ser cristão no Novo Milênio” e, como referência bíblica principal, foi indicada a I Carta de São Pedro.

Esse quarto período, muito embora não termine aqui a sua caminhada, revela uma tomada de posição, uma reafirmação da identidade eclesial, moldada sob os pilares da Comunhão e da Missão, moldes esses característicos do projeto hegemônico que se foi implantado desde o início dos anos 80. Contudo, a Igreja do Brasil, mesmo em consonância com o mesmo, não deixou a sua rica e peculiar tradição herdada de Medellín e de Puebla. A feliz síntese que nossos Bispos fizeram entre ambos os projetos, é que possibilitou à Igreja no Brasil ser uma resposta qualificada diante dos profundos e graves problemas que a humanidade hoje enfrenta.

CONCLUSÃO

A Igreja no Brasil, fiel ao Magistério Petrino, tem continuamente refletido sobre si e sobre o seu ministério para que possa ser “no” e “para” o mundo uma autêntica presença do Cristo, Senhor e Salvador da humanidade, como bem delineou o próprio Concílio Vaticano II.

Como se sabe, a história e o tempo não são inimigos da teologia, mas o contrário, elas são antes de tudo e, sobretudo, mediações e instrumentos a fim de atingir uma melhor compreensão do mistério. É por isso que, antes de analisar teologicamente a evolução eclesiológica sob a ótica teológica, se faz necessário perceber e conhecer a história e os acontecimentos inerentes a esta evolução.

Como se pode atestar, a Igreja no Brasil, desde os seus primórdios de sua pastoral, está buscando e se esforçando para encontrar repostas às várias realidades que lhe aflige. Sua ação é contínua e não encontramos em nenhum momento de sua história pastoral, uma traição à sua maneira de interpretar os ensinamentos do Cristo expresso pelo Magistério Eclesial.

A partir do processo histórico de criação e de execução de todo o Planejamento Pastoral da Igreja no Brasil, expresso pelos diversos Planos e Diretrizes – principalmente entre as promulgadas entre os anos de

²¹ Acerca do SINM, Cf. Ata n. 6. In *CM*. Ano 49, n. 540, [abril] de 2000. p. 546; *CM*. Ano 51, n. 558, [jan.-fev] de 2002, p. 394.

1991-1994 e as de 1995-2002 –, pode-se perceber e destacar os elementos de continuidade e de descontinuidade no que se refere à sua identidade eclesiológica. Dentre todos esses elementos possíveis, o mais contundente, sem dúvida, é a evangelização.

A constatação e também a análise histórica à luz da Fé, deve sempre colaborar para o aperfeiçoamento de nossa prática eclesial. É a partir deste princípio que, nossos Pastores perceberam que, muito embora a Igreja no Brasil, nestes últimos decênios, tenha dado “grandes passos na renovação de suas estruturas e no planejamento pastoral”, Ela “não pode contentar-se com os resultados alcançados. [...] Impelida pela Palavra de Deus e pelos acontecimentos, ela deve buscar respostas novas às exigências da evangelização no atual processo de transformação da sociedade brasileira”.²² E ainda mais: “Para ser fiel à vontade de Cristo, é fundamental que ela atualize a compreensão de si mesma, e de sua consciência missionária, reconhecendo que ela não existe para si mesma, mas para a missão como ‘raça e vocação própria, a sua mais profunda identidade’”.²³

O Documento 54 nos faz perceber claramente este atualizar a “compreensão de si mesma” ao promover o deslocamento de um elemento, a evangelização: ela passa de uma dimensão da ação pastoral a ser o princípio constitutivo de toda ação pastoral. Sendo assim, ela deve ser inculturada e acompanhada de quatro exigências irrenunciáveis, ou seja, pelo serviço, pelo diálogo, pelo anúncio e pelo testemunho de comunhão eclesial. Essas quatro exigências estão em consonância com as seis dimensões, a diferença está no lugar proeminente e de destaque que a missão-evangelização ocupa.

Perceber-se a partir daí, uma evolução eclesiológica e um novo perfil eclesiológico, ou seja, o processo de construção de uma Igreja mais evangelizadora que pastoral, muito embora não a elimine; uma Igreja verdadeiramente ministerial, onde todos são sujeitos dessa ação evangelizadora; uma Igreja que evangeliza e que precisa ser constantemente evangelizada.

A Igreja do Brasil iniciou a caminhar dentro de um processo diferente daquele que estava acostumado a caminhar. Contudo, seu caminho se forjará

²² CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Doc. 54. Paulinas, 1995. n. 61.

²³ CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Doc. 54. Paulinas, 1991, n. 62.

através de sua ousadia de renovar-se constantemente, mas sem perder a sua bela e grande riqueza adquirida ao logo dos séculos. Como uma boa discípula, ela deverá tirar coisas novas e velhas de seu bojo a fim de fazer bem todas as coisas que concerne à sua vocação e missão.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, M. de C. *Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Loyola, 1986.
- BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja no Mundo de Hoje*. **Petrópolis: Vozes, 1967.**
- BARAÚNA, Guilherme.** *Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965.
- BARBOSA, M. *A Igreja no Brasil, Notas para a sua história*, Rio de Janeiro: A Noite, 1945.
- BEOZZO, J. O. *A Igreja do Brasil: De João XXIII a João Paulo II - de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BEOZZO, J. O. Igreja no Brasil: Planejamento Pastoral em Questão. In: *REB*, Petrópolis, v. 42, n. 167, [setembro] de 1982.
- BEOZZO, José Oscar (org.). *A Igreja Latino-Americana às Vésperas do Concílio: História do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- CALIMAN, CL. *Igreja, povo de Deus, sujeito da comunhão e da missão*. Tese (doutorado). Belo Horizonte, Faculdade de Teologia do CES-ISI, 2001.
- CODINA, V. *Para compreender a Eclesiologia a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- COLLANTES, J. *A Fé Católica: documentos do Magistério da Igreja – Das origens aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Lúmen Christi, 2003.
- COMUNIDADADO MENSAL. Ano 44, n. 490, [abril/maio] de 1995.
- COMUNIDADADO MENSAL. Ano 45, n. 500, [abril] de 1996.
- COMUNIDADADO MENSAL. Ano 49, n. 540, [abril] de 2000.
- COMUNIDADADO MENSAL. Ano 50, n. 552, [julho] de 2001.
- COMUNIDADADO MENSAL. Ano 51, n. 558, [janeiro-fevereiro] de 2002.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1991 - 1994*. (Documentos da CNBB n. 45). São Paulo: Paulinas, 1991.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1995 - 1998*. (Documentos da CNBB n. 54). São Paulo: São Paulo, Paulinas, 1995.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1999 - 2002*. (Documentos da CNBB n. 61). São Paulo: São Paulo, Paulinas, 1999.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Conclusões de Medellín*, 4ª ed., São Paulo: Paulinas, 1979.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina: Conclusões da Conferência de Puebla: Texto oficial*. 8. ed. São Paulo: Paulinas, 1987.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã: Conclusões da Conferência de Santo Domingo: Texto oficial*: Petrópolis: Vozes, 1992.

COSTA, Lourenço (org.). *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962 - 1965)*. São Paulo: Paulus, 1997.

DE ÁVILA, F. B. *Modernidade*. In: *Pequena enciclopédia de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1991.

DE CAMPOS, J. N. *Brasil: uma Igreja diferente*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor. 1981.

DE MIRANDA, A. A. A Pastoral em face da Modernidade e da Pós-Modernidade. In: *Atualização*, Belo Horizonte, n. 236, [março/abril] de 1992.

DUSSEL, E. *De Medellín a Puebla*. São Paulo: Paulinas. s/d.

DUSSEL, E. *História da Igreja Latino-Americana (1930-1985)*. São Paulo: Paulinas, 1989.

FREITAS, M. C. de. *Uma opção renovadora: A Igreja no Brasil e o planejamento pastoral*. São Paulo: Loyola. s/d.

GODOY, M. J. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): Jubileu de ouro da CNBB*, São Paulo: Paulinas, 2003.

JOÃO PAULO II. Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*. São Paulo: Loyola, 1994.

JOÃO PAULO II. *Christifidelis Laici*. Exortação Apostólica. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 1990.

JOÃO PAULO II. *Ecclesia in America*. São Paulo: Paulinas, 1999.

JOÃO PAULO II. *Novo Millennio Ineunte*. Carta Apostólica. São Paulo: Loyola, 2001.

JOÃO PAULO II. *Redemptoris Missio*. Carta Encíclica. São Paulo: Paulus, 1997.

KLOPPENBURG, B. *A Ecclesologia do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1971.

KLOPPENBURG, B. *Minha Igreja*. Petrópolis: Vozes, 2000.

- LIBANIO, J. B. *A Volta à grande disciplina: reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja*. 2. ed, São Paulo: Loyola, 1984. Col. "Teologia e Evangelização".
- LIBANIO, J. B. *Cenários da Igreja*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999. Col. "CES", n. 2.
- LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005. (Coleção "Theologka")
- LIBANIO, J. B. *Igreja Contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000. (Coleção CES)
- LORSCHIEDER, A. A IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Santo Domingo – República Dominicana. In: *REB*, Petrópolis, v. 53, n. 209, [março] de 1993.
- LORSCHIEDER, A. et al. *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulus, 2005.
- LUSTOSA, O. F. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- LUSTOSA, O. F. *A Presença da Igreja no Brasil: história e problemas 1500-1968*. São Paulo: Giro, 1977.
- MAINWARIN:G, S. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MANZATTO, A. As Primeiras Conferências do CELAM. In: *Vida Pastoral*, São Paulo, ano XLVII, n. 249, [julho/agosto] de 2006.
- MIRANDA, A. U. de. *A Eclesiologia de comunhão em J.-R. Tilliard*. Tese (doutorado). Belo Horizonte, Faculdade de Teologia do CES-ISI, 2002.
- PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*. Exortação Apostólica. 7. ed. Petrópolis: Loyola, 1987.
- PIVA, E. D. Transição Republicana: Desafios e chance para a Igreja I. In: *REB*, Petrópolis, v. 49, n. 195, [setembro] de 1989.
- _____. Transição Republicana: Desafios e chance para a Igreja II. In: *REB*, Petrópolis, v. 50, n. 198, [junho] de 1990.
- QUEIROGA, G. F. *CNBB: comunhão e corresponsabilidade*. São Paulo: Paulinas, 1977.
- Revista "30 DIAS", Roma, ano VII, col. 1 e 2, [janeiro] de 1992.
- SUESS, P. (org.). *Culturas e Evangelização: a unidade da razão evangélica na multiplicidade de suas vozes: Pressupostos, desafios e compromissos*. São Paulo: Loyola, 1991.